

Apartamento para ex-assessor da Infraero

Operação da Polícia Federal aponta desvio de mais de R\$ 991 milhões em obras de 10 aeroportos, incluindo o de Vitória

SÃO PAULO

A Operação Caixa Preta – investigação da Polícia Federal que aponta desvio de R\$ 991,8 milhões em obras de 10 aeroportos contratadas no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2006 – relata casos de ex-dirigentes da Infraero que teriam recebido vantagens, benefícios e prêmios, inclusive passagens aéreas, dinheiro e apartamento de luxo, de empreiteiras supostamente beneficiadas em licitações fraudulentas.

O engenheiro civil Eurico Loyo, por exemplo, ex-assessor da presidência da Infraero, teria se beneficiado do relacionamento com representantes da Queiroz Galvão na aquisição de um imóvel de “alto padrão”, em Recife (PE).

Indícios do suposto favorecimento surgiram da consulta às declarações ao Imposto de Renda de Loyo. Em 2007, ele informou aquisição de um apartamento de quatro quartos em uma área nobre de Recife, no valor de R\$ 281 mil.

Ele usou como permuta um imóvel de R\$ 230 mil, mas que havia sido declarado no ano anterior pelo valor de R\$ 110 mil.

“Como a Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário é empresa do grupo Queiroz Galvão, suspeita-se que esta supervalorização do imóvel permutado, na verdade, nada mais é que um prêmio da Queiroz Galvão por conta de sua atuação nas licitações fraudulentas da Infraero”, assinala o agente Liu Tse Ming.

Também alvo do inquérito da PF, Eleuza Lores, ex-diretora de Engenharia da Infraero, movimentou mais de R\$ 2 milhões na



RELATÓRIO da PF inclui o aeroporto de Vitória na lista dos suspeitos

quele período, revela a quebra de seu sigilo bancário.

Segundo a PF, Eleuza mantinha seis contas correntes em instituições financeiras.

O relatório da PF inclui no rol de suspeitos os contratos da Infraero para reformas e ampliações dos aeroportos de Vitória, Corumbá, Congonhas, Guarulhos, Brasília, Goiânia, Cuiabá, Macapá, Uberlândia e Santos Dumont.

O inquérito mostra que ela teve despesas com passagens aéreas pagas pela construtora Andrade Gutierrez, em 2008 – a PF não cita essa empreiteira como envolvida em fraudes à lei de licitações.

A PF sustenta que a má utilização de recursos da União é resultado de um esquema de fraudes montado pela cúpula da estatal na gestão Carlos Wilson (2003-2006), que morreu em 2009.

Envolvido nega benefício

O engenheiro Eurico Loyo negou que tenha recebido vantagens da Queiroz Galvão.

“Muita coisa é dita sem nenhum tipo de comprovação”, reage. “Eu não tenho envolvimento com absolutamente nada, nunca participei de licitações. Não vão encontrar assinatura minha”.

Ele integrou a Comissão de Licitação nas obras dos aeroportos de Vitória, Goiânia, Macapá e Santos Dumont. E desafia. “Ninguém vai conseguir provar envolvimento meu com atos de corrupção”.

O engenheiro rechaçou a versão da PF sobre suposto “prêmio” da empreiteira. “O apartamento foi adquirido por minha ex-mulher e está declarado. Com o divórcio o imóvel ficou para ela. Fechamos a

compra por meio da venda de outro apartamento, fruto de herança de uma tia da minha ex-mulher”.

Os advogados Renato Vieira e André Kehdi, criminalistas que defendem a ex-diretora de Engenharia da Infraero, Eleuza Lores, informaram que ela está à disposição da Justiça. “Pleiteamos várias vezes que Eleuza fosse ouvida, mas a PF desconsiderou e a indiciou indiretamente”.

A Andrade Gutierrez diz que o encontro de seus executivos com a engenheira ocorreu em 12 de setembro de 2008, quando ela estava licenciada da Infraero. O objetivo foi discutir eventual consultoria de Eleuza à empresa.

A Queiroz Galvão informou que não teve acesso ao inquérito.

Desvio de peça de R\$ 3 milhões

Interceptação telefônica feita pela Operação Caixa Preta da PF constatou desvio e apropriação de materiais comprados com dinheiro público nas obras de ampliação e reforma do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Durante diálogo gravado no dia 11 de dezembro de 2008, um funcionário da empreiteira OAS trata com um servidor da Infraero sobre a devolução de uma forma metálica que havia custado R\$ 3 milhões. Na conversa, o funcionário da empreiteira “compara o caro produto com escoras de madeira usadas nas obras que ao final viram sucata e são desprezadas pela Infraero”.